



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2017/2021**

ATA NÚMERO DOIS

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto Um Ponto Dois) – Período para Intervenções.-----

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano 2018.-----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação do Orçamento Municipal 2018. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Vimioso. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação da Lei das Finanças Locais – Art.º 26 – Participação Variável no IRS - Ano de rendimentos 2017. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e votação das Taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Ponto Dois Ponto Sete) - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Ano de 2018. -----

----- Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e votação da atualização das taxas e tarifas do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais de Vimioso. -----

----- Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e votação da Proposta de Adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

----- Ponto Dois Ponto Dez) – Conhecimento da alteração dos Estatutos da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste EIM, S.A. -----

-----Ponto Dois Ponto Onze)- Conhecimento do Processo 251/08.0BEMDL do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela – Devolução de Processo Instrutor.-----

----- Ponto Dois Ponto Doze) – Apreciação e votação da proposta de delegação de competências – “Compromissos Plurianuais – Delegação de Competências nos termos do nº3 do artigo 6º da LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso – Lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei nº22/2015 de 17 de março”. -----

----- Ponto Dois Ponto Treze) – Eleição de um representante dos Presidentes de Junta (e seu substituto também Presidente de Junta) à Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

----- Ponto Dois Ponto Catorze) – Designação de quatro elementos da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Vimioso. -----

----- Ponto Dois Ponto Quinze) – Eleição de um representante dos Presidentes da Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezasseis) – Eleição de um representante dos Presidentes da Junta de Freguesia para integrar o Conselho Geral da Resíduos do Nordeste, EIM. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezassete) – Eleição de um representante dos Presidentes da Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético municipal.-----

----- Ponto Dois Ponto Dezoito) – Eleição dos membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezanove) – Eleição de um representante dos Presidentes da Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte) – Eleição até cinco representantes das freguesias do concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa contra Incêndios. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e um) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes: José Baptista Rodrigues, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, José Carlos Vaz Gonçalves, Manuel Fernandes Oliveira, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Manuel João Ratão Português, Carlos Manuel Meirinho Martins, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, Vítor Américo Calvelhe Pires, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, José Manuel Miranda, Licínio Ramos Martins, Daniel Tomé Ramos, Joana Filipa Carvalho Pires, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues, Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão, Manuel Emílio Fonseca João e José Manuel Alves Ventura. -----

----- Faltaram o senhor deputado José Manuel Fernandes Miranda e o senhor Hélder Domingos Ramos Pais, Presidente da Junta de Freguesia de Matela. ---

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins, e os senhores vereadores; António dos Santos João Vaz, Sérgio Augusto Pires, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes e António Eduardo Lopes Padrão. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspondência recebida. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Excelentíssimos Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal. Hoje iniciamos um novo mandato de trabalhos da Assembleia Municipal. Temos pela frente uma tarefa muito importante e de grande responsabilidade. Compete-nos, a cada um individualmente e a todos em geral, honrar o voto que os munícipes em nós depositaram. Somos os legítimos representantes da população do nosso concelho e temos o dever de servir bem e estar disponíveis para contribuir para o desenvolvimento da nossa terra. É certo que esta Assembleia é composta por dois grupos municipais, donde é de salutar a existência de opiniões e posições diferentes. Estou certo que, mesmo com ideias e perspectivas diferentes, saberemos colocar os interesses do concelho acima de qualquer interesse político-partidário ou particular. Assumindo eu o cargo de Presidente da Assembleia Municipal, peço a todos a colaboração para que a mesma corra sempre com elevação e sentido democrático. O respeito pela democracia e das suas mais elementares regras dignificará os nossos trabalhos, a nós próprios, e acima de tudo, todos os que representamos que é a população do nosso concelho. Que haja debate, que haja propostas, que haja crítica e que haja sobretudo respeito e amizade, porque o concelho exige e, mais que isso, merece”. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel Oliveira. Disse: “Cumprimento todos. Para os que estão aqui pela primeira vez, uma boa Assembleia, e para os que já estavam uma boa continuidade. Queria lembrar e dar os parabéns ao executivo da Câmara municipal por mais uma edição da Feira de Artes e Ofícios e Sabores que tão bem correu em todos os aspetos. Tanto na montaria, no Raid, com muitos expositores, com bastantes visitantes. Estive lá os dois dias e fiquei bastante satisfeito com a adesão a esta feira. Também louvar o papel importante da Dr.^a Cristina Pires pelo grande evento que mostrou os grandes talentos e as grandes vozes que há em Vimioso. Não tinha conhecimento deste evento. Estava lá nesse dia e fiquei bastante satisfeito pelas grandes vozes que ali se apresentaram e acho que deve continuar para os próximos anos, para que as grandes vozes e os grandes talentos do concelho de Vimioso sejam mostrados a todos. Quanto à tragédia que aconteceu em Argozelo, infelizmente, queria dizer ao executivo que tem de pensar na Rua Prin-

cipal, ver aqueles pontos com menos luz à noite, onde se deu o acidente, e talvez iluminar mais aquela rua, porque está com pouca luminosidade. Não sou muito apologista das lombas, mas neste contexto, se calhar, temos que pôr mais lombas em Argozelo para que ali o trânsito se faça com menos velocidade e para que isto não volte a acontecer. É evidente que nunca tinha acontecido há tantos anos um caso idêntico, mas há sempre uma primeira vez e, para que não se volte a repetir, temos arranjar uma solução para que se possam evitar estas tragédias”.

----- Usou da palavra o senhor deputado Hugo Rodrigues. Disse: “Em nome dos eleitos do Partido Socialista para os órgãos autárquicos na última eleição de um de outubro de dois mil e dezassete, queria cumprimentar todos de uma forma democrática, desejar também a todos os eleitos um excelente desempenho em todas as funções para o próximo quadriénio. Relembrar a todos que, em primeiro lugar, independentemente do partido pelo qual fomos eleitos, devemos de forma consciente ter noção que realmente o mais importante que nós temos nas funções que vamos desempenhar, é representar de forma digna, de forma honesta e de forma positiva todos os munícipes. Desta forma dizer que, em todas as nossas atuações, em todas as nossas funções, em todas as decisões que todos iremos tomar no próximo quadriénio, ter sempre em primeiro lugar o desenvolvimento do nosso concelho, olhando a todos os munícipes pondo de parte as questões partidárias. Dessa forma, desejamos a todos um bom desempenho no próximo quadriénio”.

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Desejo a todos, a cada um e a cada uma um bom mandato autárquico. Subscrevo as palavras do senhor Presidente da Assembleia e do senhor deputado Hugo Rodrigues, que o mais importante é, sem dúvida, o desenvolvimento do concelho. Foi para isso que fomos eleitos. Aproveitar também já no início desta sessão para desejar a todos um Santo e Feliz Natal e um Ano Novo com muita saúde e muita confiança no futuro, e que cada um de nós se possa realizar pessoal e profissionalmente. Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Oliveira, agradecer as referências que fez à décima oitava Feira de Artes Ofícios e Sabores de Vimioso. Também nós nos congratulamos com a organização que conseguimos imprimir a essa feira, que é fruto não só da Câmara Municipal mas também de um conjunto de coletividades do concelho em que todos são

convidados, todos interagem de forma positiva para que a feira corra bem. Houve uma tragédia em Argozelo. Não deveria ter acontecido mas, infelizmente, aconteceu. Foi um atropelamento mortal de uma senhora de quem era particularmente amigo, por quem tinha muita consideração. Recordo que a estrada principal de Argozelo é totalmente da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, portanto faz parte da estrada nacional que liga Carção a Bragança. Estando nós a elaborar um projeto para requalificar a saída de Argozelo para Bragança, as exigências que a Infraestruturas de Portugal nos coloca são tais que parece que estamos ao nível de uma Avenida da Liberdade em Lisboa! Já colocamos essas questões à Infraestruturas de Portugal, e já lhe propusemos que passassem para a esfera do município toda essa estrada que está integrada na malha urbana. Acho que faria todo o sentido. O que nos dizem é que, mesmo que ela passe para a Câmara Municipal, a jurisdição da intervenção continua a ser deles. Nesse caso, então, é melhor ser deles. Eu colocarei, como já colocamos várias vezes essa questão à Infraestruturas de Portugal, nomeadamente ao Diretor Regional, dizer-lhe que estamos atentos a essa situação, lamentar o acontecido e vamos novamente insistir junto da Infraestruturas de Portugal alertando para que, de facto, há ali uma situação problemática”.

----- **Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade municipal.** -----

----- Todos os membros estavam na posse da respetiva informação. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado José Carlos Gonçalves. Disse: “Relativamente ao Memorial do Contrabando, houve uma reportagem que apareceu na Localvisão, eu por acaso não sabia, gostava que explicasse um bocadinho para que é que serve, e também porque é que não houve o convite para os membros da Assembleia poderem participar nessa inauguração. Depois, para quando o término do PINTA, porque aqui há várias atividades, várias execuções, todas elas relativas a esta obra e gostava de saber para quando está prevista a sua conclusão. Quanto aos relatórios dos trabalhos efectuados pelos serviços da câmara, relativamente ao serviço de motoristas, refere que entre vinte e nove do oito e treze do doze houve transporte dos alunos do nono ano para a realização dos exames nacionais em Vimioso. Nesta data, não houve

esse serviço, ele consta no relatório da anterior Assembleia, portanto já não devia constar aqui”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Obrigado pelas questões do senhor deputado José Carlos Gonçalves. Relativamente ao Memorial da Mobilidade Transfronteiriça Contrabando e Fiscalização, desde já peço desculpa por não terem ido os convites, estava convencido que tinham ido, peço desculpa. Temos um protocolo, aprovado em reunião de câmara, com a ASAE, em que se disponibilizou, a partir de uma insistência minha (que nunca tínhamos serviços que o interior não tinha serviços), com o senhor Inspetor Geral da ASAE, o Dr. Pedro Portugal Gaspar, para colocar serviços em Vimioso. Entretanto, para surpresa minha, no início da primavera, talvez em abril ou maio, o Senhor Inspetor Geral contactou-me no sentido de podermos ter uma reunião. Deslocou-se a Vimioso, tivemos a reunião e mostrei-lhe vários espaços da câmara municipal onde poderiam instalar alguns dos seus serviços. Um dos locais que lhe mostrei foi exatamente este edifício, que tinha como função ser Museu de Arte Sacra, aqui perto da câmara municipal, no parque de estacionamento. Quando ele viu o espaço e teve conhecimento que o objetivo era instalar ali um museu, que por vicissitudes várias, nomeadamente a resistência das paróquias (é difícil deixarem trazer os objetos das suas localidades, das suas igrejas, das suas paróquias para a sede do concelho), não se concretizou. O senhor Inspetor propôs colocar algum acervo do arquivo, ou se quisermos do museu que a ASAE tem em Castelo Branco. Eu e o Senhor Vice-Presidente, na altura, o Dr. Torrão, deslocamo-nos a Castelo Branco, vimos exatamente os objetos que possuíam e delineamos uma estratégia do que é que poderíamos colocar aqui. Entretanto, tendo conhecimento de que o Senhor Professor Doutor Pedro Dias da Universidade de Coimbra, é um expert de história de arte ligado a várias exposições internacionais, convidamo-lo para colaborar connosco, ao que ele gentilmente aceitou. Portanto, nesta parceria, Câmara Municipal e ASAE com o acompanhamento do Professor Doutor Pedro Dias, estabeleceu que seria ali o Memorial da Mobilidade Transfronteiriça, Contrabando e Fiscalização. No rés-do-chão tem uma referência inicial à localização de Vimioso e à relação com Espanha com um pequeno filme. Tem um pequeno escritório que seria do inspetor da fiscalização inicial quando ela foi criada. O piso superior é praticamente todo ele dedicado às atividades da ASAE,

às apreensões com vários objetos apreendidos, também um pequeno documentário sobre a atividade da ASAE. Como a ASAE fazia o seu aniversário, no dia três de novembro, quase que nos imploraram que abrissemos o museu nessa data e, portanto, foi uma azáfama grande no sentido de abrir este núcleo museológico. Daí também se calhar ter faltado esta questão dos convites, mas os senhores vereadores foram todos convidados. Da Assembleia Municipal, o senhor Presidente esteve donde, representou a Assembleia Municipal. De qualquer das formas, dizer-lhes que, em todos estes contatos com a ASAE, disse-lhe sim, faço este protocolo, pomos aqui o memorial e ligamos a questão do contrabando com a questão da fiscalização. Eu só faço isto se me garantirem que põem aqui serviços vossos e, felizmente, hoje a ASAE, da sua inteira responsabilidade, tem um técnico a trabalhar nas instalações ao lado, e já vários inspetores da ASAE, que estão sediados em Mirandela, fizeram aqui vários trabalhos, e estão constantemente a utilizar estas instalações para desenvolverem a sua atividade. Foi isto que aconteceu. Qual é que é o nosso objetivo? Também por sugestão do Senhor Professor Doutor Pedro Dias, o objetivo é, com este memorial, com o Centro Interpretativo das Minas de Argozelo, com uma nova abordagem à exposição etnográfica que temos na Casa da Cultura, (o Senhor. Professor Doutor Pedro Dias disponibilizou-se para colaborar conosco para dar uma nova abordagem, uma nova visibilidade àquela exposição) podemos criar, com estes três núcleos, ou outros que a nós se queiram juntar, aquilo a que poderemos vir a chamar o museu de Vimioso. Um museu pode ter vários núcleos. Nós já temos algumas propostas de regulamento, mas compreenderão que só quando realizarmos essa nova roupagem à exposição etnográfica, que está na Casa da Cultura, é que avançaremos. Demorará algum tempo, porque já adjudicamos a realização de obras aqui no edifício dos Paços do Concelho e, os serviços da câmara municipal vão ser todos deslocalizados, durante o tempo de obras, para a Casa da Cultura. Quanto à questão do Parque Ibérico, o PINTA, como puderam verificar nós tivemos uma candidatura aprovada ao Norte Natural, já no ano passado, e estamos a desenvolver as ações como podem ver na informação escrita. Gostávamos que as empresas que estão a executar os trabalhos fossem mais céleres, mais rápidas, mas também percebemos que há trabalhos que demoram algum tempo. Neste momento, a exposição que vai lá figurar está praticamente concluída, a nível dos

materiais estão todos fornecidos, e queríamos ver se, antes do início da primavera, lá para fevereiro ou março, poderíamos ter o parque em funcionamento com o desenvolvimento das atividades, sendo que também já foi adjudicada a uma empresa a realização de atividades ao longo do período, que nos vão permitir dinamizar o parque. Relativamente à questão do serviço de motorista, é um lapso. Eu também o verifiquei. Não foram transportados os alunos para os exames nacionais porque em Setembro não houve exames. Foram transportados em junho e, por lapso, ficou aí. Não significa que não tenham sido transportados alunos nos transportes escolares”. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia propôs e foi aceite que dada a complementaridade dos três pontos fossem discutidos em simultâneo, sendo que a sua votação ocorreria separadamente. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano – 2018.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação do Orçamento Municipal – 2018.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Vimioso.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,

Exmas. Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

No estrito cumprimento da lei, apresento a esta Assembleia os documentos previsionais para o ano de 2018, a saber: Grandes opções do Plano; Orçamento Municipal; Mapa de Pessoal.

I - ORÇAMENTO

O orçamento da receita e da despesa para o ano de 2018 ascende a 10.045.727,45€. Prevemos uma receita corrente de 7,931.591,90€. Na despesa corrente, prevê-se um total de 7.548.220,00€. Resulta, pois, um saldo de 403.371,90€ que será aplicado em despesas de capital que totalizarão o valor de 2.571.507,45€ para uma receita da mesma natureza (capital) que ascende a 2.114,135,55€.

O Orçamento cumpre a regra do Equilíbrio Orçamental (Despesas e Receitas de igual valor sendo que, o orçamento tem os recursos necessários para cobrir todas as despesas) e a regra do Equilíbrio Orçamental Corrente, ou seja, a receita corrente bruta é pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Este preceito manteve-se presente e o saldo corrente regista um superavit de 403.371,90€, que é superior ao valor das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos (343.104,48€), o qual financiará no mesmo valor as despesas de capital.

Orçamento da Receita:

A metodologia adotada para elaboração do Orçamento da Receita para o ano financeiro de 2018 foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês considerado o de outubro de 2017.

No que respeita às transferências do Estado (FEF) foram considerados os valores das transferências financeiras previstas na Proposta do Orçamento de Estado de 2018, disponibilizada pela DGO – Direção Geral do Orçamento.

Na estrutura do orçamento da receita são de salientar as seguintes considerações:

Ao nível das Receitas Correntes, que representam 78,95% do Orçamento:

- Os impostos diretos, que representam 5,70% do orçamento corrente, 68,06% são provenientes do imposto municipal sobre imóveis, 17,30% do imposto único de circulação, 14,58% do imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis e 0,07% dos restantes impostos diretos;

- Os impostos indiretos, representam 0,10% do orçamento corrente. A receita proveniente de Loteamentos e Obras representa 76,54% destes impostos;

- As Transferências correntes que representam 83,88% das receitas correntes registam um acréscimo de 1,74% face ao valor orçamentado para 2017. A sua proveniência é em 96,13% da Administração Central, nomeadamente do

Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS. Será conveniente referir, que grande parte das comparticipações serão provenientes da DGAL, IEFP e outras entidades públicas e dizem respeito ao apoio às despesas provenientes dos ensino pré-escolar e 1º ciclo, atividades extra-curriculares, transportes escolares e outras, respetivamente;

- A Venda de Bens e Serviços Correntes que contribuem em 7,48% para o orçamento corrente das receitas, apresentam um acréscimo de 10,93% face ao valor orçamentado em 2017. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos, são as receitas mais significativas. As receitas provenientes das rendas contribuem em 3,30% para a formação deste tipo de receitas, estando incluídas as provenientes de habitação, edifícios e outras.

Ao nível das Receitas de Capital que, representam 21,05% do Orçamento:

A rubrica Venda de Bens de Investimento (terrenos e outros bens de investimento), com o peso no orçamento de receitas de capital de 2,68%.

A rubrica Transferências de Capital contribui com 93,25% para o orçamento das receitas de capital e regista um acréscimo de 4,10% face ao valor estimado para o ano de 2017. Este agregado de receitas é procedente, na sua quase totalidade, das transferências da Administração Central e de Fundos Comunitários, que somam ambas 1.962.635,55€.

Complementando a análise anterior com a previsão global da estrutura das fontes de financiamento (correntes e de capital) do orçamento para 2018, saliento alguns aspetos:

- A supremacia das transferências provenientes diretamente do Orçamento de Estado, através dos Fundos de Equilíbrio Financeiro, Social Municipal e Participação no IRS que representam 62,74% dos recursos financeiros da autarquia;

- As receitas das transferências provenientes de Fundos Comunitários, representam 11,93% dos recursos financeiros da autarquia;

- As receitas próprias representavam em 2017, 11,14% do orçamento da receita e em 2018, 11,46%.

Orçamento da Despesa:

A realização de despesas tem como princípio fundamental, no âmbito das competências legalmente conferidas às autarquias, a afetação de recursos ao desenvolvimento de atividades para a satisfação das necessidades da população local.

A análise do comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 10.045.727,45€, deve ser efetuada numa ótica de comparação com a estimada no ano precedente.

Assim, as despesas correntes atingem o valor de 7.528.220,00€, ou seja, um acréscimo de, aproximadamente, 1,20% em relação ao orçamento inicial de 2017. As despesas de capital atingem o valor de 2.517.507,45€, registando um acréscimo de 5,94% relativamente ao ano de 2017.

As Despesas Correntes representam 74,94% do total do Orçamento.

Temos vindo a salientar que, na sequência da afetação de recursos para a construção de infraestruturas e equipamentos, se segue um ciclo da gestão e exploração, o que, como se compreende, vem aumentando as rubricas do orçamento da despesa corrente:

- As Despesas com o Pessoal registam um acréscimo de 0,21% face ao valor estimado para o ano de 2017.

- A rubrica Aquisição de Bens e Serviços regista um acréscimo de 0,08% face ao valor previsto no orçamento inicial para o ano de 2017.

- A rubrica Juros e Outros Encargos reflete um decréscimo de 13,27% face ao valor previsto no orçamento de 2017.

- A rubrica das Transferências Correntes regista um aumento de 12,63% face ao valor previsto no orçamento municipal do ano transato.

- As Outras Despesas Correntes registam um acréscimo de 17,55% face ao valor previsto no orçamento para o ano de 2017.

Ao nível das Despesas de Capital, estas representam 25,06% do orçamento:

- A rubrica referente à Aquisição de Bens de Capital regista um acréscimo de 5,20% face ao valor estimado para o ano de 2017.

- As Transferências de Capital demonstram um acréscimo de 51,28% em relação ao valor previsto no orçamento para o ano de 2017.

- A rubrica de Ativos Financeiros regista no ano de 2018 o mesmo montante que estava previsto no orçamento inicial de 2017. Não estando previsto no ano de 2018 qualquer pagamento para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, uma vez que o município de Vimioso já efetuou uma capitalização antecipada do FAM – Fundo de Apoio Municipal. O último pagamento para este fundo está previsto para o ano 2021.

- A rubrica de Passivos Financeiros engloba o montante previsto de amortização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo e a verba necessária para pagamento ao FEE – Fundo de Eficiência Energética, previsto no contrato de partilha de poupanças líquidas resultante da candidatura POVT-12-0765-FCOES-000027 de eficiência energética na iluminação pública.

II – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

No que respeita às Grandes Opções do Plano, importa referir que este documento inclui dois mapas distintos, o plano plurianual de investimentos (PPI) e o plano das atividades mais relevantes da gestão autárquica (PAM) e este apresenta o montante total de 4.843.067,45€.

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O PPI é um documento previsional que contém os principais investimentos a realizar pela autarquia.

Na sua elaboração incluíram-se os projetos (ações) assumidos em anos anteriores e não finalizados até ao termo do ano de 2017, entre outros, Interface Rodoviário, Biblioteca Municipal, Edifício dos Paços do Concelho e algumas requalificações urbanísticas. Constam também e como é óbvio, os projetos que, na sua maioria, beneficiam de apoios financeiros já aprovados.

No que diz respeito à classificação funcional, no Plano Plurianual de Investimentos estimou-se um valor global de 2.775.487,45€, sendo que as funções gerais representam 22,49%, as funções sociais 47,95% e as funções económicas 21,51% do PPI.

PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

O PAM – Plano de Atividades Municipais inclui projetos e ações que pela sua natureza não são considerados investimentos diretos, mas relevantes para a autarquia, incluindo também transferências para outras entidades. O PAM engloba despesas correntes e de capital e ascende a um total de 2.067.580,00€.
(Eletricidade, Tratamento de água, Tratamento de Esgotos, Tratamento de Lixos, Apoios ao Bombeiros, Apoio Estudantes e Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos)

MAPA DE PESSOAL

O mapa de pessoal que se apresenta é aquele que responde às necessidades atuais e futuras do funcionamento da Câmara Municipal por forma a prestar o melhor serviço aos munícipes.

Termino a minha intervenção sublinhando que as Grandes Opções do Plano e Orçamento são as linhas orientadoras da Câmara Municipal, em particular, e de todo o concelho, em geral. É por isso que contamos também com todos: Juntas de Freguesia, Associações, Coletividades, IPSS's e munícipes. O rosto mais visível do trabalho da Câmara Municipal são os funcionários da autarquia em cujo sentido de responsabilidade e competência, como até aqui, temos total confiança.

Disse.

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano – 2018. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Colocou o ponto dois ponto dois à votação tendo sido aprovado por maioria. Votaram contra os senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Carlos Manuel Meirinho Martins, Vítor Américo Calvelhe Pires e José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação do Orçamento Municipal – 2018. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo este sido aprovado por maioria. Abstiveram-se

os senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Carlos Manuel Meirinho Martins, Vítor Américo Calvelhe Pires, e José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Vimioso. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria. Votaram contra os senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Carlos Manuel Meirinho Martins, Vítor Américo Calvelhe Pires e José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação da Lei das Finanças Locais – Art.º 26º - Participação Variável no IRS – Ano de rendimentos 2017. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A exemplo dos anos anteriores, dispõem todos os senhores deputados da Assembleia da informação que esteve presente na reunião de câmara e da respetiva deliberação, donde, nos termos da lei, há três hipóteses sobre esta possibilidade dos cinco por cento da participação variável no IRS. Se o município nada deliberar, esses cinco por cento reverterem na totalidade para o Estado. O município delibera uma taxa até aos cinco por cento e essa receita será para o município e municípios porque pode a taxa variar entre os zero e os cinco por cento, ou o município delibera que a taxa máxima reverterá para o município, e aí essa participação, esse valor representará uma receita na totalidade para o município. A proposta que aqui apresentamos é a de que a taxa máxima constitua totalidade de receita para o município. Quero ressaltar, mais uma vez, que é política do executivo, que este montante de participação variável no IRS seja todo ele investido na área social, designadamente de apoio aos extratos sociais desfavorecidos”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por maioria. Votaram contra os senhores deputados: Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Carlos Manuel Meirinho Martins, e Alexandra Manuela Freire Brás Tomé. Absteve-se o senhor

deputado: José António Cerqueira da Costa Moreira. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e votação das taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Também a exemplo de anos anteriores, cumpre a esta Assembleia Municipal deliberar sobre a proposta da Câmara Municipal. A proposta da câmara municipal é a de manter as taxas do IMI nos valores mínimos legais e, simultaneamente, diminuir esse valor para os agregados familiares com um, dois, três ou mais filhos. É essa a proposta que nós fazemos nos termos da informação de que dispõem”.

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Ano de 2018. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Esta taxa municipal dos direitos de passagem representa uma insignificância para o município, não sei se chega a cem euros ou pouco mais do que isso. De qualquer das formas, é uma taxa que é aplicada às operadoras que operam na nossa área. É preferível, seja qual for o montante, que ele reverta para o município do que reverta para as operadoras. O que propomos é exatamente a aplicação dessa taxa municipal dos direitos de passagem”.

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Oito) – Apreciação e votação da atualização das taxas e tarifas do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais de Vimioso. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A exemplo dos pontos discutidos e votados anteriormente, o que a lei prevê é que, em função dos valores da inflação, possam ser atualizados os tarifários. Nós costumamos atualizar praticamente para todas, esses tarifários, à exceção das tarifas de água, saneamento e recolha de lixo que nunca as temos vindo a atualizar, não sobrecarregando dessa forma os munícipes. A nossa proposta é não atualizar

as taxas no próximo ano”. -----

Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Nove) – Apreciação e votação da proposta de adesão à Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Aproveito também para falar sobre esta participação nesta entidade. Ela já devia ter sido feita há mais tempo porque a maioria dos colegas, ou pelo menos a maioria das Assembleias Municipais, já pertence de facto a esta entidade, a esta associação. Vamos analisar os estatutos e, de futuro, discutir mais um pouco se assim o entenderem. Podemos deixar para uma próxima Assembleia. Proponho uma nova análise e deliberar para uma próxima Assembleia”. -

----- O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Dez) – Conhecimento da Alteração dos Estatutos da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como bem verificam não é para fazer qualquer tipo de votação ou deliberação, é mesmo só para tomar conhecimento. Para os senhores membros desta Assembleia que já estavam no anterior mandato, sabem que aprovamos na anterior Assembleia Municipal a alteração aos estatutos da Empresa Intermunicipal da Resíduos do Nordeste EIM, S.A. Recordo que essa empresa intermunicipal é composta por treze municípios. A Resíduos do Nordeste é a empresa que recolhe e trata o lixo, que tem o seu aterro e a unidade de transformação, todas as suas instalações na zona do Cachão. Certamente alguns já viram e, aliás está sempre disponível para visitas que queiram fazer porque é uma referência nacional de uma empresa intermunicipal nesta área. No objeto da empresa, até aqui, tinha como objeto praticamente só até ao ponto três. Neste momento, a alteração dos estatutos deu lugar a que a Empresa Resíduos do Nordeste pode ainda exercer a atividade de exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios através da promoção direta ou indireta da conceção, construção e elaboração, e continua. O que é que isto significa? Que esta empresa que é possuída pelos

doze municípios do distrito de Bragança mais Vila Nova de Foz Côa, são treze como lhes disse, possa também, quando entender, exercer atividades no âmbito do abastecimento de água e dos saneamentos. Isto porquê? Porque está em curso a possibilidade de constituirmos no interior da Empresa Resíduos do Nordeste uma empresa de água e saneamento em baixa. O que é que é isto da baixa? Quando nós falamos de água e saneamento, na água, todo o percurso desde a captação até ao depósito é a alta, do depósito até às casas dos consumidores é Baixa. Das casas dos consumidores até à ETAR, Estação de Tratamento de Águas Residuais é baixa, a ETAR é a alta. Esta designação de alta e baixa tem a ver com os municípios que integram o grupo Águas de Portugal e neste caso concreto, hoje chamado o subsistema Águas do Norte. Vimioso não integra as Águas do Norte, e portanto também não integra o grupo Águas de Portugal. Nesse sentido em Vimioso é tudo considerado baixa, porque a alta é só considerada pelo Governo, o que está sobre o domínio da Empresa Águas de Portugal. Em municípios vizinhos, desde as captações até ao depósito, é alta porque está nas Águas de Portugal ou Águas do Norte, e do depósito até aos consumidores é baixa. Nós aqui é tudo baixa. O que se pretende é que para ter escala suficiente para estas matérias, tal como já estamos numa empresa intermunicipal para a recolha e o tratamento dos resíduos sólidos (o lixo), nós, para já oito municípios da CIM Terras de Trás-os-Montes, estão interessados, já manifestaram esse interesse em agruparem-se numa empresa em baixa. Se isso vier a acontecer e nós nos integrarmos, nós integramos tudo desde a captação até ao consumidor, o que significa que a empresa continua a ser detida pelos municípios, se forem só oito neste caso particular, será por esses oito na parte de água e saneamentos, e continuará totalmente na esfera pública, porque os donos das ações da Resíduos do Nordeste são os treze municípios. Isto poderá acontecer, no médio e longo prazos, quando ela estiver constituída, e facilitar a gestão destes serviços, de água e saneamento. Esta explicação é fundamentalmente para lhes dar conhecimento da alteração dos estatutos. Houve também uma outra alteração. Os sócios da empresa Resíduos do Nordeste eram as Associações de Municípios: Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano à qual pertencemos, Associação de Municípios da Terra Quente e Associação de Municípios do Douro Superior. Os municípios da Terra Quente e da Terra Fria deliberaram nas suas Assembleias

Municipais e na Assembleia Geral da Resíduos do Nordeste passarem a ser eles diretamente os sócios. Isto é, hoje os sócios já não são as três associações, são, penso que nove municípios os da Terra Fria e os da Terra Quente, sendo que o Douro Superior continuou a querer ser sócio em termos de associação. Portanto, o Douro Superior é sócio, Vimioso é sócio, Miranda é sócio, Bragança é sócio, Vinhais é sócio e por aí adiante”. -----

----- Ponto Dois Ponto Onze) – Conhecimento do Processo: 251/08.OBEMDL do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela - Devolução do Processo Instrutor. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse; “Também para dar conhecimento deste processo que foi devolvido e está arquivado. Isto foi um pedido que fizeram na altura, já em dois mil e cinco, um conjunto de funcionários da câmara municipal alegando que as suas carreiras no lugar de serem horizontais deviam ser verticais. Numa primeira fase, o Tribunal Administrativo de Mirandela deu-lhe razão, e na altura o ex-presidente da Câmara, e atual Presidente da Assembleia Municipal, agiu em conformidade. Foram colocados os funcionários nas carreiras verticais. No entanto, mais tarde, vem o Supremo Tribunal Administrativo no seu acórdão 02/2007, referir que as carreiras não são verticais, são horizontais, e portanto os funcionários tiveram que regressar ao seu lugar inicial, com tudo isso que implicou. Neste momento é o Tribunal Administrativo de Mirandela que vem trazer o processo e dar conhecimento de como ele terminou”. -----

----- Ponto Dois Ponto Doze) – Apreciação e votação da Proposta de delegação de competências – “Compromissos Plurianuais – Delegação de Competências nos termos do nº3 do artigo 6º da LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei nº 22/2015 de 17 de março. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como podem verificar, aliás essa documentação é acompanhada pelo parecer jurídico da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, no anterior mandato a Assembleia Municipal já tinha feito esta delegação de competências no Presidente da Câmara, portanto, em mim próprio. Acontece que tendo existido o novo ato eleitoral colocaram-se dúvidas se o Presidente da Câmara continuava na faculdade isto é, com a mesma delegação de competências. O que

vem dizer a CCDR é que não. Havendo novos órgãos, quer Câmara Municipal, quer Assembleia Municipal, o Presidente da câmara, seja o mesmo do anterior mandato, tudo tem que regressar ao seu início. Qualquer compromisso plurianual tem que vir à Assembleia Municipal. E se forem superiores a cem mil euros, obrigatoriamente. O Presidente da Câmara não tem poder para o fazer. Reparem que nós temos que preparar a agenda cultural de janeiro, fevereiro e março. É um compromisso plurianual porque ela tem que ser cabimentada este ano. Ainda não o podemos fazer porque eu ainda não tenho essa delegação. Estamos a falar de valores baixos. Como qualquer outro compromisso, desde que a sua execução passe para o próximo ano, eu não tenho delegação para assumir esse compromisso, logo, por exemplo, para se poder cabimentar a agenda cultural tinha que vir à Assembleia Municipal. Isto obstaculiza, se quisermos, o normal andamento de questões menores. Nesse sentido, foi deliberado, na reunião de câmara a exemplo do anterior mandato, delegar no Presidente da Câmara essa possibilidade ou essa competência de poder contratar ou assumir compromissos plurianuais até ao montante de noventa e nove mil setecentos e cinquenta e nove euros, praticamente em números redondos cem mil euros. Foi o que aconteceu no anterior mandato”.

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade.

----- **Ponto Dois Ponto Treze) – Eleição de um representante dos Presidentes de Junta (e seu substituto também Presidente de Junta) à Associação Nacional de Municípios Portugueses.**

----- Usou da palavra o senhor deputado Serafim João. Disse: “Nós pretendíamos, em representação do grupo municipal do PSD, apresentar, à medida que vão sendo feitas as eleições para os respetivos órgãos que vão ser integrados quer por elementos da Assembleia Municipal quer por Presidentes de Junta os respetivos membros para esses cargos”.

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “O Grupo Municipal do PSD apresenta aqui os senhores Presidentes de Junta: Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão Presidente da União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso e Hélder Domingos Ramos Pais Presidente da Junta de Freguesia de Matela (suplente) ”.

----- Foi apresentada uma só lista à qual se deu o nome de lista A. Procedeu-se à votação tendo-se apurado o seguinte resultado: Total de votos vinte e três. Votos a favor dezassete, votos brancos seis. Foram eleitos para a Associação Nacional de Municípios Portugueses: Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão Presidente da União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso e Hélder Domingos Ramos Pais Presidente da Junta de Freguesia de Matela. -----

----- Ponto Dois Ponto Catorze) – Designação de quatro elementos da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Vimioso. -----

----- Ambos os grupos municipais apresentaram os nomes integrados em listas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia atribui a letra A à lista apresentada pelo grupo municipal do PSD e letra B à lista apresentada pelo grupo municipal do PS. Os nomes da lista A são: Serafim dos Santos Fernandes João, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento e Joana Filipa Carvalho Pires. Os nomes da lista B são: José Carlos Vaz Gonçalves, Carlos Manuel Meirinho Martins, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé e Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues. Feita a votação, apurou-se o seguinte resultado: Lista A: dezassete votos a favor. Lista B: zero votos. Não votaram os senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Carlos Manuel Meirinho Martins, Vítor Américo Calvelhe Pires e José Manuel Alves Ventura. Foram eleitos para a Comissão Alargada da CPCJ de Vimioso os senhores deputados da Assembleia Municipal: Serafim dos Santos Fernandes João, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento e Joana Filipa Carvalho Pires”. -----

----- Ponto Dois Ponto Quinze) – Eleição de um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “O Grupo Municipal do PSD apresentou um nome, que é a Senhora Presidente da União das Freguesias de Algozo, Campo de Víboras e Uva, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues. Foi proposta só uma lista, designada por lista A. Procedeu-se à votação da qual se apurou o seguinte resultado: Lista A dezoito

votos a favor, e cinco votos brancos. Foi eleita para o Conselho Municipal de Educação a Senhora Presidente da União das Freguesias de Algozo, Campo de Víboras e Uva, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezasseis) – Eleição de um representante dos Presidentes da Junta de Freguesia para integrar o Conselho Geral da Resíduos do Nordeste, EIM. S.A. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “O grupo Municipal do PSD apresenta o Presidente de Junta de Freguesia de Carção, Daniel Tomé Ramos. Não havendo mais nenhum nome proposto, procedeu-se à votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: dezoito votos a favor, e cinco votos brancos. Foi eleito para o Conselho Geral da Resíduos do Nordeste o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, Daniel Tomé Ramos”. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezassete) – Eleição de um representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal.

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “O Grupo Municipal do PSD apresentou uma proposta com o nome do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues. Procedeu-se à votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: Total de votos vinte e três, votos a favor dezoito e cinco votos em branco. Foi eleito para integrar o Conselho Cinegético Municipal o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues”. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezoito) – Eleição dos membros da Assembleia Municipal para integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “A Lei nº75/2013 de 12 de Setembro nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 83º a nossa Assembleia Municipal elege dois membros. Nos termos do nº2 do mesmo artigo, só podem ser eleitos e eleger membros da Assembleia Municipal eleitos diretamente. Ou seja os senhores e as senhoras Presidentes de Junta de Freguesia não votam nem podem ser eleitos. Foram apresentadas duas listas pelos grupos Municipais do PSD e pelo PS, às quais se deu o nome de lista A e lista B respetivamente. Procedeu-se à votação, tendo-se apurado o seguinte resultado: total de votos catorze, lista A nove votos, lista B cinco vo-

tos. Foram eleitos para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes os senhores deputados: efetivos: José Baptista Rodrigues e José Manuel Fernandes Miranda e suplentes: Serafim dos Santos Fernandes João e Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues. -----

----- Ponto Dois Ponto Dezanove) – Eleição de um representante dos Presidentes da Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “O Grupo Municipal do PSD apresentou a sua proposta, à qual se atribui a letra A. Procedeu-se à votação da qual se apurou o seguinte resultado: total de votos vinte e dois: lista A dezassete votos e cinco votos brancos. Foi eleito para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco, Manuel Emílio Fonseca João”.-----

----- Ponto Dois Ponto Vinte) – Eleição até cinco representantes das Freguesias do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa contra Incêndios. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “O Grupo Municipal do PSD apresenta a seguinte lista composta de cinco nomes; Licínio Ramos Martins, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues, Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão, Joana Filipa Carvalho Pires e José Manuel Miranda. Foi apresentada uma só lista, designada por lista A. Procedeu-se à votação tendo-se apurado o seguinte resultado: total de votos vinte e dois. Lista A dezasseis votos e seis votos brancos. Foram eleitos os seguintes representantes para integrar a Comissão Municipal de Defesa contra Incêndios: Licínio Ramos Martins, Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira; Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão; Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão Presidente da União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso; Joana Filipa Carvalho Pires Presidente da Junta de Freguesia de Pinelo e José Manuel Miranda Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo”. -----

----- Ponto Dois Ponto Vinte e Um) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel João Português. Disse: “Queria cumprimentar especialmente os novos elementos da Assembleia, muita

juventude, estou muito satisfeito com isso. Alguns já os conhecia, por exemplo aquela menina da Junta de Freguesia de Pinelo e Ana cavaleiro, sejam bem-vindas. O Vítor Américo que já o conheço há muito tempo também, o Hugo que o conheci de bebé, ele não me conhece a mim mas eu conheci-o de bebé: a Alexandra, também já nos conhecemos há bastante tempo. Isto faz-me lembrar as previsões de um senhor que era Reitor da Universidade de Vila Real, que dizia que no ano não sei quantos, esse ano já passou, Vimioso só teria um habitante. Estamos a contrariá-lo. Claro que a vida dos concelhos do interior não é fácil. Os senhores membros da câmara sabem muito bem as lutas por que passam. Eu estudei no CEFA, Centro de Estudos de Formação Autárquica, e ensinaram-nos que as despesas das câmaras municipais, as despesas de investimento teriam que ser superiores às despesas de funcionamento. Vejam o orçamento da câmara, claro que as outras câmaras há-de ser a mesma coisa, como é que isso é possível, se cada vez há mais atribuições e o FEF cada vez é menor. Portanto é muito difícil trabalhar no interior. Quero fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara: há desenvolvimentos relativamente à ponte de Carção/Vimioso, há alguma novidade? -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Essa é uma aspiração de todos nós, de todo o nosso concelho, e não só do nosso concelho também dos concelhos limítrofes. Quero sublinhar que isto é da inteira responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. A Câmara Municipal não tem responsabilidade nenhuma direta, indirecta tem muita como vão ver. Já consegui promover duas reuniões, já tinha dito isto no anterior mandato, uma aqui com a EDP. Porquê a EDP? Porque eles têm muito estudo sobre esta área integrado nas medidas compensatórias do aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor, e portanto, se já há estudo feito, para quê estar a repetir estudo sobre estudo? A EDP forneceu todos os elementos, todos os estudos que tem sobre esta área. Depois, estive o Diretor do Norte também do ICNF, o Dr. Armando Loureiro, estiveram técnicos da Infraestruturas de Portugal, estive, a título de consultores, uma bióloga e um técnico florestal, estive eu próprio e acertamos aí algumas coisas que já surtiram algum efeito. Primeiro, foi disponibilizar a documentação toda. Inclusivamente, o ICNF mostrou abertura para acompanhar o processo do estudo do impacto ambiental para que não chegássemos ao momento da avaliação, à consulta pública, e ter uma grande probabilidade de

ser reprovado. Entretanto, a empresa apresentou o estudo de impacto ambiental e fizemo-lo chegar previamente ao ICNF para que se pronunciasse sobre aquele primeiro estudo, ainda não submetido a discussão pública. Tivemos uma reunião, em que estive eu, o técnico florestal da câmara municipal, ICNF e Infraestruturas de Portugal. Desta vez, foi nas instalações do ICNF no Porto, em que o ICNF acabou por apresentar, por escrito, algumas situações que gostava de ver mais trabalhadas, mais estudadas e mais esclarecidas. Estamos nessa fase. Entretanto duas dessas situações, as mais pertinentes, eu próprio em reunião e em pedido que fiz a um professor do Instituto Politécnico de Bragança, o Professor Carlos Aguiar que nos fizesse um parecer sobre uma planta, nos taludes ou muito próximo por onde passa a travessia. O Senhor Professor Carlos Aguiar já deu o seu parecer, não havendo problemas de maior, mas alertando que, em fase de obra, é necessário acautelar a proteção de determinadas colónias dessa planta. Ficaram de me entregar, durante esta semana ou até ao final do ano, uma outra empresa, a título gratuito, um parecer sobre a questão das aves de rapina, se nidificaram ou se não nidificam, designadamente a Águia-real e já sabemos que, apesar de haver ali nas proximidades um ninho da Águia-real, já há mais de quinze anos que não nidifica lá, e portanto esse problema poderá ser ultrapassado. Também devido aos movimentos das alcateias (lobos), o ICNF argumenta que o local é percorrido por alcateias. Aguardamos esse parecer. Para quê? Para o enviar para a Infraestruturas de Portugal. Deviam ser eles a resolver este problema, mas temos de ser nós para agilizar mais rápido, que é para depois voltar a perguntar ao ICNF se aqueles esclarecimentos são os suficientes. Se forem os suficientes, o estudo do impacto ambiental será apresentado, tem que se fazer umas pequenas alterações, em função desses pareceres, e o estudo do impacto ambiental será colocado, penso eu, mas é este o percurso normal destas situações. Será colocado para discussão pública. Se vier a passar em discussão pública, como esperamos, a partir daí, depois de aprovado o estudo do impacto ambiental, passar-se-á para o projeto de execução, que será uma fase relativamente rápida, e depois esperar que o Governo possa lançar esta obra, esta empreitada. Recordo que na programação da Infraestruturas de Portugal, prevêem, no seu plano de investimentos, o início das obras para dois mil e dezanove. Os prazos começam a apertar. Se dissermos dezembro de dois mil e dezanove, ainda faltam

dois anos, nós queríamos é que fosse janeiro de dois mil e dezanove. Isto implica que o estudo de impacto ambiental teria de estar aprovado com a maior brevidade possível, e depois fazer-se o projeto de execução e lançar a obra, mas tratando-se de um concurso público internacional, só no lançamento do concurso, se não houver reclamações andará sempre na ordem de cinco meses, meio ano. Portanto, vamos ver se conseguimos cumprir os prazos da parte da Câmara Municipal. Quanto a mim e ao executivo, em particular, tudo faremos para colaborar com as instituições, por forma a que o processo seja agilizado, não fique perdido e possa vir a ser lançado o concurso e executada a obra. todos aspiramos e estamos a trabalhar nesse sentido”. -----

----- **Ponto Três) - PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
